

DOS ESPAÇOS "VAZIOS" AO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR: UMA BREVE HISTÓRIA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SUL DE MATO GROSSO, ATUAL MATO GROSSO DO SUL

MOREIRA, Danilo Leite (UFMS/CPNA)

¹Introdução

Vários foram os processo de ocupação do sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, principalmente onde está localizado a atual região do Vale do Ivinhema. Ressalta-se que os espaços “vazios” não eram assim tão vazios, posto que havia populações indígenas. O Sul do então Estado de Mato Grosso passou a ganhar importância após a Guerra do Paraguai, quando se iniciou a exploração comercial da erva mate. A partir da década de 1930, com as propagandas empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas denominadas, em conjunto, “Marcha para o Oeste”, a região passou a ser ocupada em grande proporção. Na década de 1940, começaram as atividades de colonização feitas por empresas privadas, tais como a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso e a Colonizadora Moura Andrade & Cia.

Os “espaços vazios” não eram tão vazios: a ocupação indígena

Deve-se ressaltar que, antes mesmo da chegada dos primeiros colonizadores na segunda metade do século XX, a região conhecida como Vale do Ivinhema era habitada por vários grupos indígenas, tal como discute o arqueólogo Gilson R. Martins, em seu *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*, ao afirmar que,

¹ Graduado em História em Licenciatura plena, professor do Ensino Fundamental e Médio da Escola Estadual Braz Sinigaglia – Batayporã/MS.

[...] o território estadual, pelo o que se sabe, foi significativamente ocupado e transitado por grupos de caçadores/coletores/pescadores pré-históricos que, orientando-se em seus deslocamentos sazonais (nomadismo) pelos cursos fluviais, migravam pelo interior do continente (MARTINS, 2002, p.11).

Dessa forma, podemos entender o título dado a esse artigo, pois essa região onde atualmente está localizado o Estado de Mato Grosso do Sul, foi habitada por distintos grupos indígenas. Martins mostra, por meio dos achados arqueológicos encontrados nos sítios do município de Anaurilândia (que faz divisa com Batayporã), que havia populações indígenas na região. O autor ainda salienta que “todos os rios estaduais são perenes e navegáveis e sempre foram suportes para um intenso tráfego fluvial das populações indígenas e coloniais” (MARTINS, 2002, p. 14).

Nesse contexto, pode-se entender que as populações indígenas não eram sedentárias, pois havia facilidade na locomoção pelos rios e seus afluentes. Assim, “algumas pesquisas realizadas às margens dos rios Paranapanema, Ivinhema e outros cursos fluviais ilustram os componentes principais da arqueologia dessa região” (MARTINS E KASHIMOTO, 1999, p. 54). Pesquisas realizadas às margens de dois grandes rios que cercam a região onde está localizado o Vale do Ivinhema, tais como o Ivinhema e o Paraná, indicam a intensa passagem de índios nas terras.

Martins ainda caracteriza essa região como “mesopotâmica” (2002, p. 12). Sabe-se que “mesopotâmia” significa “terra entre rios” e pela quantidade de rios próximos uns dos outros, tais como os rios Paranapanema, Ivinhema e outros cursos fluviais, a região tornou-se de fácil locomoção para os indígenas que aqui viveram. Em escavações realizadas em sítios arqueológicos, a partir do ano de 1992, possibilitou-se a análise da vida pretérita dos grupos indígenas por meio de vestígios encontrados produzidos por esses grupos.

Nesses locais são abundantes os vestígios de recipientes de cerâmicas, alguns sepultamentos, artefatos e resíduos líticos (rochas) tais como lascas, lâminas de machado de pedra polida, pontas projéteis, mãos-de-pilão, almofarizes, raspadores, facas, furadores, percutores e outros tipos de vestígios arqueológicos representativos da cultura material de povos indígenas pré-coloniais (MARTINS, 2002, p. 20).

Nos achados dos sítios arqueológicos de Anaurilândia, foram encontrados artefatos de cerâmica Guarani, que, em Mato Grosso do Sul, “ocupavam a porção sul, sudeste e centro oeste do Estado” (MARTINS, 2002, p. 41). O que teria acontecido com os índios que habitavam essa região? Pode-se perceber, por meio da leitura do livro citado que vários foram os fatores que provocaram a diminuição das populações indígenas que habitavam o Vale do Ivinhema.

Os Guarani, desde o século XVI, foram alvo de exploração, primeiro dos espanhóis; no século XVII dos jesuítas e bandeirantes; por fim, da entrada de colonizadores não índios nos “sertões”, em busca de mão de obra indígena para o desenvolvimento dos empreendimentos paulistas. No século XIX, houve a Guerra do Paraguai (1864-1870) e no início do século XX novas frentes de colonização.

Após essa guerra inicia-se a ocupação sistemática do território guarani no sul do então Estado de Mato Grosso, por diversas frentes de exploração econômica [...] inicialmente, da erva mate, a seguir a implantação dos projetos agropecuários e de colonização, a soja e correspondente mecanização na década de 1970, e, finalmente, a cana-de-açúcar, a partir da década de 1980. Ao mesmo tempo em que viram suas terras de ocupação tradicional sendo transformadas e as matas derrubadas, os Guaranis são percebidos pelos novos colonizadores como importante reserva de mão-de-obra nas diversas etapas dessa exploração regional (AZEVEDO, Marta. et al., 2008, p.11).

A citação acima mostra uma breve cronologia do que foi acontecendo com os índios Guarani, que habitavam o então chamado sul de Mato Grosso. Percebe-se, então, que os “espaços vazios” que não eram vazios na realidade, foram sendo tomados e invadidos, por colonizadores não índios. Dessa forma, as populações indígenas que habitavam essa região foram sendo reduzidas drasticamente.

Deve-se ressaltar que os Ofayé também viveram próximos do Vale do Ivinhema, às margens planas do rio Paraná. Em meados do século XX, foi encontrado um pequeno grupo de Ofayé, habitando os rios Verde, Vacaria e Ivinhema. Carlos Alberto dos Santos Dutra, em pesquisa de mestrado, salienta que:

Por volta de 1948, um grupo de Ofaié foi encontrado na margem esquerda do ribeirão Samambaia (hoje município de Bataiporã), na sua confluência com o rio Ivinhema (atual no município de Taquaruçu). A julgar pela descrição e solidez do aldeamento ali construído, o grupo revelava manter domínio sobre aquela região fronteiriça há bastante tempo, e isso lhes oferecia condições de ali desenvolver e praticar com relativo desembaraço muitas manifestações culturais, inclusive hábitos musicais que puderam ser recolhidos (DUTRA, 2004, p. 53).

Pela proximidade dos rios Paraná e Samambaia e pelo fato de cortarem boa parte do atual município de Batayporã, toda essa região, como visto, até a primeira metade do século XX era habitada por grupos indígenas. Entretanto, da mesma forma que os Guaraní desapareceram, os Ofayé também foram sendo praticamente aniquilados.

Até a primeira metade do século XIX, a caça ocupava papel fundamental na cultura Ofayé. Daí para frente, a escassez de animais silvestres fez com que a já reduzida população desses índios se habituasse a abater reses criadas extensivamente nos campos naturais do seu território étnico (MARTINS, 2002, p. 73).

Estas populações indígenas, localizadas no sudeste do então sul de Mato Grosso, se reduziram drasticamente pelo contato com os colonizadores não índios:

Outra conclusão que podemos chegar é a de que, se pretendemos buscar as razões que levaram ao extermínio das populações indígenas no Brasil, devemos antes, buscar compreender, ao lado do contexto econômico e social vivido pelas classes exploradoras, também o contexto onde ocorreram verdadeiros espetáculos de apresamento e encarniçados massacres que povoaram, durante séculos, a marcha inexorável da colonização para o Oeste brasileiro. Sem dúvida, isso deixou marcas indeléveis na população nativa sobrevivente, e para muitos, ainda hoje isso é motivo de indignação e questionamento, em face das crueldades que eram praticadas contra eles (DUTRA, 2004, p. 257).

Sem dúvida, o dito progresso devastou inúmeras florestas, esmagou várias sociedades indígenas e, as que não foram totalmente exterminadas, foram marcadas fortemente pelas ações dos não índios, que, imbuídos de um

espírito “civilizador” e progressista, não pensaram nas consequências de um extermínio.

Exploração, ocupação e colonização do Sul de Mato Grosso.

Para a historiadora Odaléa Bianchini, em sua tese de doutorado “*A companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do Sul de Mato Grosso (1880 – 1940)*”, a ocupação da terra mato-grossense pode ser dividida e entendida em três períodos distintos. O primeiro período, Bianchini define como o “[...] da caça ao índio para escravização e o da descoberta do ouro, [...]” (BIANCHINI, 2000, p.24), que culminou na criação da Capitania de Mato Grosso, a 9 de maio de 1748, desmembrada da de São Paulo.

O segundo período a historiadora define como o “período [que] tem início ainda também no século XVIII, quando se esgota o metal precioso e dá-se a reorientação da economia, voltada então para a agricultura da cana-de-açúcar, do algodão e da agropecuária” (LENHARO *apud* BIANCHINI, 2000, p. 24). Esse período perdurou por um longo tempo, até a segunda metade do século XIX.

Juliana Sanches Bonfim ao fazer uma pesquisa sobre a Companhia de Colonização São Paulo-Mato Grosso, afirma que no século XIX, a pecuária bovina passou a ser cada vez mais praticada no Sul de Mato Grosso. Sendo assim com “a inserção da pecuária bovina do sul de Mato Grosso nos circuitos econômicos nacionais, essa região deixa de ser uma área de passagem [...] para se tornar uma fornecedora de gado bovino magro para o sudeste brasileiro” (BONFIM, 2009, p. 37).

Assim iniciaram-se os primeiros processos de ocupação, porém o sul de Mato Grosso passou a ganhar importância no cenário nacional somente após a Guerra do Paraguai, definido por Bianchini como:

O terceiro período pode-se situar a partir dessa Guerra, desencadeada em 1865, quando o sul de Mato Grosso e outras regiões brasileiras foram invadidas pelas tropas de Solano López e duras batalhas foram travadas, tendo por palco final das lutas, as cercanias de Ponta Porã, faixa fronteira com a República do Paraguai, onde Solano López é morto em Cerro Corá, do lado paraguaio (BIANCHINI, 2000, p. 25).

A Guerra teve início em 1865 e terminou em 1870, com a derrota do Paraguai que ficou arrasado. Pode-se afirmar que é após a Guerra do Paraguai que o sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, iniciou o processo de ocupação.

Se Mato Grosso, pela sua posição geográfica, já era uma gigantesca massa territorial longínqua do litoral, praticamente sem vias de comunicação antes da guerra e sem braços para povoá-lo, após esta, não só permanecia isolado, como apresentava uma situação desoladora que os documentos da época deixaram transparecer [...] (BIANCHINI, 2000, p. 68).

A Guerra do Paraguai promoveu o início do desenvolvimento do então Sul de Mato Grosso, e a pecuária bovina persistiu, até fins do século XIX, como único suporte para a economia, quando então surgiu a exploração da erva mate.

Segundo Bonfim, a erva mate “ganha vulto nos territórios sul-mato-grossenses quando as demarcações territoriais entre Brasil e Paraguai, após a Guerra deram margens ao conhecimento de um empreendedor Thomas Laranjeira” (BONFIM, 2009, p. 39).

O interesse de Laranjeira nos ervais e nas terras do Sul de Mato Grosso surgiu durante a Guerra: “Thomas Laranjeira que, no pós-guerra, como fornecedor de víveres, acompanhando a Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai interessou-se pelo que viu: extensos ervais” (BIANCHINI, 2000, p. 26).

Após ter avistado os extensos ervais no decorrer da guerra e “valendo-se de amizades com Enéas Galvão de Maracaju, recém nomeado para Presidente da Província de Mato Grosso, [Laranjeira] procurou entender-se com ele para que fosse permitida a exploração da erva-mate mato-grossense” (BIANCHINI, 2000, p. 84). Dessa forma “em dezembro de 1882, o Governo Imperial baixava o decreto número 8799, concedendo ao cidadão Thomaz Larangeira o direito de explorar os ervais situados no **cone sul** de Mato Grosso” (BIANCHINI, 2000, p.83).

Os processos de ocupação do Sul de Mato Grosso foram cada vez mais se fechando, pois o empreendedor da Matte Larangeira tinha ambição pelas terras e dificultava cada vez mais a venda delas, pois eram altamente

lucrativas. Além do mais, tinha o apoio do governo do Estado, não tinha nenhum interesse em perder as terras que foram arrendadas para os empreendimentos da Matte, ficava explícito o interesse do Estado, em favorecer a Matte, pois os impostos pagos eram altamente lucrativos e assim fica estabelecido que essas demais terras “poderiam ser doadas, desde que não possuíssem ervais” (BIANCHINI, 2000, p. 107).

Era visível a troca de favores entre o Estado e a empresa que se perdurou ao longo de anos, do final do século XIX até a primeira metade do século XX. Porém a partir da década de 1930, essa história tomou novos rumos, pois com a

[...] chegada era Vargas, dava-se início à política nacionalista que, segundo Getúlio, imprimiria novos rumos para o Brasil. Tal política atingiria a Matte muito perto, uma vez que, na ocasião, não só seus capitais estavam na maioria na Argentina, como também a mão-de-obra era, em sua maior parte constituída por estrangeiros (paraguaios) (BIANCHINI, 2000, p. 199).

A política de Vargas passou a atacar a Matte porque a Empresa poderia atrapalhar os planos de ocupação do Centro-Oeste, já que ocupava boa parte das terras ricas e agricultáveis, impedindo a política de colonização.

O Estado Novo e a “Marcha para o Oeste”

Para que possamos entender o que estava acontecendo no Brasil, durante a década de 1930, deve-se ressaltar a política do Estado Novo. O historiador Alcir Lenharo afirma que quando se fala de colonização no período fala-se de “Marcha para o Oeste” (LENHARO, 1986a, p. 14) e que para entender a ocupação dos chamados “espaços vazios”, deve-se compreender a política adotada pelo presidente Getúlio Vargas.

Através da criação das Colônias Agrícolas Nacionais, podemos avançar um pouco mais a nossa compreensão da política de trabalho e colonização que Vargas imprimiu durante o Estado Novo. Foi o bojo da proclamação da “Marcha para Oeste” que os trabalhadores foram convocados para conquistar o interior do país e contribuir com o seu quinhão para a edificação da nacionalidade. Os que responderam aos apelos para a criação da colônia em Goiás – informa um estudo recente – deixaram

claros mais o desejo de conseguir terra do que de colaborar para a grande obra patriótica. De modo semelhante não seria nada fácil para o regime mobilizar a massa volátil de “bairanos” escavadores da terra e construtores de cidades (LENHARO, 1986b, p. 50).

Quando se refere à “Marcha para Oeste”, é necessário entender a política expressa por Vargas, pois esta instigava parte da população brasileira a ir para o Oeste do país, colonizar as áreas ditas “não povoadas”. Como mostra a citação acima, podemos entender que os “bairanos” (como eram chamado os migrantes nordestinos) não se deslocavam apenas pelo sentimento de nacionalidade e sim por interesse em um pedaço de terra. Dessa forma, Vargas aproveitou para fazer campanhas aliadas ao sentimento de nacionalismo a fim de mobilizar a população. Além do mais, Vargas tinha que solucionar alguns problemas que a população brasileira vinha enfrentando, pois como mostra Lenharo:

[...] De um lado, tinha-se em mente “resolver” os problemas particulares do nordeste através do esvaziamento dos conflitos sociais por meio da orientação de correntes migratórias para novas áreas de colonização; de outro lado tinha-se em mente regularizar o abastecimento urbano dos grandes centros, através da produção de novas áreas colonizadas e deste modo, assegurar o que seria mais premente ao Estado naquele momento: o seu programa social de política de trabalho (LENHARO, 1986a, p. 14).

Vargas não mobilizou um contingente de pessoas apenas pelo interesse em colonizar o Oeste do país, mas sim de solucionar alguns problemas que vinham ocorrendo no Brasil. Por essa razão, Getúlio Vargas investiu na propaganda para que a nação marchasse para o Oeste.

Durante seu governo, utilizou-se de estratégias que inúmeros governantes ao longo da história se utilizaram para promover sua imagem e foi por meio da propaganda que Vargas lançou sua mensagem para o povo brasileiro, incitando-o a construir uma “nação”, pois como afirma Lenharo, “[...] a grande organização burocrática mostrou-se portadora de mais um novo e poderoso componente do poder – a máquina de propaganda” (LENHARO, 1986a, p. 38).

Durante o período denominado Estado Novo, o rádio foi muito utilizado pelo ditador, pois alcançava em grande escala a população, entrando na casa de inúmeros brasileiros. Durante esse período, boa parte da população tinha aparelhos de rádio em casa e foi pensando nisso que Vargas promoveu a sua propaganda por meio dele, já que “[...], o rádio servia, eficazmente para, se espalhar a imagem onipresente de Vargas por todo país” (LENHARO, 1986a, p. 42).

Deve-se lembrar que durante o período denominado Estado Novo surgiu o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), responsável pela difusão da propaganda e imagem do presidente, e também por controlar as notícias e censurá-las. Não foi diferente com a “Marcha para o Oeste”:

A “cruzada” da Marcha para o Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constitui um precioso exemplo dessa fabricação de imagens. Elaborada crucialmente na virada do ano de 38, pouco depois do golpe, e retrabalhada cuidadosamente nos anos seguintes a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da nação que caminha pelas próprias forças em busca de concretização (LENHARO, 1986a, p. 55-56).

Vargas utilizou-se, ainda, de inúmeros meios para promover a campanha de colonização, recrutando um dos compositores mais renomados da época, Villa-Lobos, que teve participação na composição “Marcha para Oeste”, de 1938, com letra de Sá Roris (LENHARO, 1986a, p. 60). Villa-Lobos teve participação na composição de inúmeras músicas que exaltavam e faziam a propaganda do regime. Nesse período surgiu até mesmo uma marchinha para o carnaval de 1939, de autoria de João de Barro e Alberto Ribeiro: “Marcha para o Oeste” (LENHARO, 1986a, p. 73).

Assim, brasileiros cada vez mais envolvidos com a propaganda varguista, passavam a saber do então Sul de Mato Grosso, chegando a essas áreas ditas “ainda não colonizadas”. Boa parte veio por interesses econômicos; outros tantos, vieram em busca de um pedaço de terra, imbuídos pelo espírito da propaganda promovida pelo governo.

A implantação das primeiras Colônias Agrícolas possibilitou a fiscalização dessas áreas, que eram cedidos pelo governo “[...] para os cidadãos brasileiros com mais de 18 anos sem propriedades e sem riqueza [...]

as colônias agrícolas funcionavam como viveiros de trabalhadores disciplinados e produtivos” (LENHARO, 1986b, p. 50).

A chegada desenfreada dos posseiros nas terras começou a gerar alguns transtornos para o governo de Mato Grosso. Nas palavras do então governador do Estado era necessário “[...] atacar a política governamental de colonização e a intervenção do Estado nesse setor. Começa por criticar o ‘tumulto ou o caos’ da legislação sobre terras” (LENHARO, 1986b, p. 51). Assim, pode-se entender os interesses econômicos e políticos que começaram a entrar em choque entre as esferas federal e estadual, sendo que as terras não seriam mais colonizadas ou invadidas por posseiros e sim compradas.

Como ressalta Lenharo, “não só ganharia o estado com o aumento das rendas como também melhores oportunidades seriam oferecidas aos colonizadores” (LENHARO, 1986b, p. 51). Com a compra das terras, o Estado e também os colonizadores poderiam exigir melhores condições.

A partir do ano de 1947, o Estado passou a intervir e cobrar taxas de impostos dos posseiros, exigindo desses que comprassem a terra para não serem despejados. Com isso, “[...] visava-se estimular o posseiro a comprar a terra; a arrecadação seria ainda maior e os possíveis litígios de terras seriam afastados” (LENHARO, 1986b, p. 52).

Já a política de colonização por particulares, teve início no ano de 1950, pois como observou Lenharo no artigo “Terra para quem nela não trabalha: (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)” (1986), vale destacar o interesse político do governo do Estado de Mato Grosso, no final dos anos 1940, pela privatização da colonização. Lenharo mostra, por meio das fontes consultadas, o motivo da privatização. Por meio de declarações feitas contra o ex-governador Fernando Corrêa da Costa na época salienta-se que “Nada menos de 42.000 quilômetros quadrados se concederam a cerca de vinte ‘empresas’, quase todas elas absolutamente inidôneas para o objetivo em vista” (LENHARO, 1986b, p. 52). Durante o ano de 1950, parte das terras do Estado foi cedida para empresas que pudessem realizar a colonização, assumindo, segundo Lenharo, “proporções inusitadas” (LENHARO, 1986b, p. 53).

Como já foi visto vários foram os fatores que levaram o povoamento do Sul de Mato Grosso: a população indígena, que já estava aqui; o fim da Guerra

do Paraguai e entrada de paraguaios para a exploração da erva mate; bem como a campanha da “Marcha para o Oeste”.

Ressalta-se que muitas dessas pessoas vieram principalmente em função da atuação das colonizadoras; assim, a chegada dessas empresas, tais como a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso responsável por colonizar o atual município de (Batayporã) e a Colonizadora Moura Andrade e Cia. responsável por colonizar o município de (Nova Andradina) foram fundamentais para o povoamento da região. Inúmeras pessoas vieram para adquirir um quinhão de terra das colonizadoras, ou ainda para prestar serviços para essas empresas.

Contudo, foi somente a partir do final da década de 1940 e início da década de 1950, que o Vale do Ivinhema teve uma migração não indígena de grandes proporções. A colonização privada se efetivou por empresas, tais como a Companhia de Viação São Paulo- Mato Grosso, responsável pela colonização do atual município de Batayporã e a Moura Andrade & Cia, responsável pela colonização de Nova Andradina. Ambas desenvolveram um trabalho de venda de terras, atraindo colonos oriundos de várias regiões do país, mas principalmente do Oeste do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marta. et al. *Guarani Retã 2008: Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai*. [S.l.: s.n]. [2008].

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso: (1880-1940)*. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

BONFIM, J. S. *Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo Mato Grosso (1940-1960)*. UFGD. Dourados, 2009. disponível em <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes/dissertacao-de-julina-sanches-silva-bonfim>. Acesso em 27 de maio de 2010 [dissertação de mestrado].

DUTRA, C. A.S. *Território Ofaié Pelos Caminhos da História: Reencontro e Trajetória de um povo*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2004. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000305.pdf> Acesso em 16 de Setembro de 2010 [dissertação de mestrado].

LENHARO, A. *A Sacralização da Política*. 2. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1986a.

_____. *A Terra Para quem Nela Não Trabalha: (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*. *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12. 1986b.

MARTINS, Gilson Rodolfo & KASHIMOTO, Emília Mariko. Arqueologia guarani no alto Paraná, Estado de Mato Grosso do Sul. *Fronteiras, Revista de História*, Campo Grande, 3(5): 51-64, jan/jun.1999.